

Ata de reunião do Conselho Geral

Aos vinte e um dias do mês de dezembro de dois mil e vinte e três, reuniu-se, pelas dezoito horas, na Biblioteca da escola sede do Agrupamento de Escolas da Lixa, Felgueiras, o órgão do Conselho Geral, com as ausências de Maria José Monteiro, representante dos docentes; António Pereira de Castro, representante dos Bombeiros Voluntários da Lixa; Ana Medeiros, Marco Silva e Sandra Lobão, representantes do Município e Sónia Lopes representante da USF Hygeia, para dar cumprimento à seguinte ordem de trabalhos:

Ponto um: Aprovação da ata da reunião de vinte e seis de julho de dois mil e vinte e três;

Ponto dois: Informações de interesse dadas pelo Diretor;

Ponto três: Aprovação das alterações ao Projeto Educativo;

Ponto quatro: Aprovação do Plano Anual de Atividades;

Ponto cinco: Definição das linhas orientadoras para a elaboração do orçamento do ano económico dois mil e vinte e quatro;

Ponto seis: Definição das linhas orientadoras do planeamento e execução pelo Diretor das atividades da ação social escolar para o ano económico dois mil e vinte e quatro;

Ponto sete: Ponto da situação das recomendações emanadas do Conselho Geral;

Ponto oito: Outros assuntos.

Após breves saudações aos conselheiros presentes e constatação de existência de quórum, o Presidente do Conselho Geral deu início à reunião informando que decidiu convocar a primeira reunião deste ano letivo apenas para esta altura, uma vez que se iriam realizar eleições para os representantes dos Alunos e Encarregados de Educação no mês de novembro e o único documento que carecia de análise era o Plano Anual de Atividade, o que faremos, nesta reunião.

Informou ainda que, na sequência da decisão tomada na reunião de vinte e seis de julho, ponto de nove, "Análise e decisão dos recursos apresentado ao abrigo do art.º 36 da lei 51/2012 de 5 de setembro", foi submetido um recurso ao Conselho Geral contra essa mesma decisão. Por isso, o Presidente do Conselho Geral informou os

Conselheiros da possibilidade de agendar reunião extraordinária para o dia quatro de outubro, com o objetivo de aprovar a ata desse encontro, conforme solicitado pelo representante dos alunos.

Nesse seguimento, foram solicitados esclarecimentos à DGEstE, que informou que os recursos gratuitos dentro do Agrupamento Escolar tinham terminado e que os recursos teriam que ser apresentados num tribunal civil.

Posteriormente, o Diretor informou o Presidente do Conselho Geral que chegara ao Agrupamento nova documentação do representante dos alunos, solicitando o encerramento do processo com base na amnistia consignada na Lei n.º 38-A/2023 de 2 de agosto, concedida pelo Governo aquando da Jornada da Juventude e visita do Papa Francisco a Portugal.

Essa solicitação foi considerada de acordo com a legislação e, por isso, atendida, motivo pelo qual não se efetivou a reunião deste Órgão.

Neste momento da reunião, deu entrada a Conselheira Gabriela Abreu.

De seguida, o Presidente do Conselho Geral, passou a apresentar os novos Conselheiros que iriam tomar posse, dando-lhes as boas vindas.

Seguiu-se a assinatura da tomada de posse de Maria Clara Rodrigues Teixeira, na qualidade de representante dos Alunos; Ana Beatriz Ventura do Vale, na qualidade de representante dos Alunos; Gabriela Ferreira de Queirós Abreu, na qualidade de representante dos Encarregados de Educação e Paula Cristina Moreiras Bravo, na qualidade de representante dos Encarregados de Educação.

A reunião prosseguiu com o cumprimento do primeiro ponto da ordem de trabalhos – “Apreciação e aprovação da ata da reunião anterior”.

Neste momento da reunião, deu entrada o Conselheiro Victor Manuel Queirós Alves, passando o Presidente do Conselho Geral a solicitar a assinatura da sua tomada de posse na qualidade de representante dos Encarregados de Educação.

Após apreciação e correções sugeridas, a ata foi aprovada por unanimidade dos Conselheiros presentes na reunião no dia em que decorreu.

De seguida, e dando cumprimento ao **segundo ponto** da ordem de trabalhos, o Diretor começou por felicitar os Alunos e os Encarregados de Educação por terem assento neste Conselho estendendo essas felicitações a todos os presentes.

De seguida prestou as seguintes informações:

- No dia vinte e dois de novembro de dois mil e vinte e três decorreu uma visita às instalações da Escola Básica Dr. Leonardo Coimbra, de técnicos da Comissão de Coordenação da Região Norte (CCDRN) e da Câmara Municipal de Felgueiras (CMF) com vista à melhoria dos equipamentos desta Escola. De lembrar que nos anos de dois mil e vinte e um e dois mil e vinte e dois, a mesma escola já tinha sido objeto de uma intervenção de recuperação e reabilitação.
- O Agrupamento candidatou-se ao programa ambiental PIAS na área do ensino secundário promovido pela CMF, tendo sido selecionado.
- A Faculdade de Ciências da Universidade da Beira Interior (FCUBI), ciente da responsabilidade, do orgulho da formação dos seus Estudantes e da importância que os seus *Alumni* têm como embaixadores das gerações futuras, por todo o país e pelo mundo, inaugurou no dia vinte e quatro de novembro de dois mil e vinte e três, pelo Sr. Reitor, Professor Doutor Mário Raposo, um mural denominado *Alumni Science Wall of Fame*. Este mural tem como objetivo destacar e celebrar as realizações dos antigos estudantes da FCUBI. Assim, a Faculdade de Ciências decidiu honrar o Docente Albino Rafael Pinto, escolhendo-o como um dos seis *Alumni* a homenagear nesta primeira edição, como forma de distinguir o seu notável trabalho em prol do ensino da Física. Esta distinção representa para o nosso Agrupamento um motivo de grande orgulho.

O Conselheiro Albino Rafael Pinto, na posse da palavra, agradeceu as palavras proferidas pelo Diretor do Agrupamento e o reconhecimento de que foi alvo perante os alunos, encarregados de educação e restante comunidade educativa.

O Diretor prosseguiu com as informações. Assim, o Agrupamento de Escolas da Lixa foi contemplado com a candidatura a um Centro Tecnológico Especializado (CTE) na área de Informática, no valor de 1 092 496,09 euros no âmbito do Plano de Recuperação e Resiliência. A dotação deste programa a nível nacional envolve 365 CTE e 480 000 000 euros envolvendo entidades de formação públicas e privadas. Na Comunidade Intermunicipal (CIM) do Tâmega e Sousa, o concelho de Felgueiras é o que tem maior número de CTE - quatro - dos dezoito atribuídos e que, por esse facto, está de parabéns. Ao nível do Agrupamento, salientou que o bloco C da Escola Secundária vai ser equipado com equipamento na área da robótica.

- O Agrupamento de Escolas da Lixa foi contemplado com mais um projeto Erasmus como escola coordenadora, envolvendo um montante de 120 000 euros. As entidades

parceiras são da Itália, Eslovénia e Roménia. O programa decorre de um de outubro de dois mil e vinte e três a trinta de setembro de dois mil e vinte e cinco e envolve docentes e alunos. O objetivo do projeto é construção de uma aplicação para facilitar o trabalho dos docentes.

- Já foi submetido o pedido para a renovação do selo de qualidade EQAVET que permite a manutenção dos cursos profissionais subsidiados por fundos europeus, por estarmos inseridos numa região desfavorecida com um rendimento inferior abaixo da média europeia.

Após a divulgação das informações, o Presidente do Conselho Geral reiterou os parabéns ao Conselheiro, Professor, Albino Rafael Pinto, a quem passou a palavra pedindo se poderia fazer uma breve descrição da homenagem de que foi alvo. O docente referiu que a UBI, mais precisamente, a Faculdade de Ciências fez um mural a seis antigos alunos que ficará na entrada do departamento durante um ano, e que no ano seguinte irá fazer o mesmo para outros seis alunos. Este registo ficará para sempre em formato digital para consulta de quem assim o desejar.

No âmbito do **terceiro ponto**, os Conselheiros procederam à análise das alterações ao Projeto Educativo, que se verificaram nos indicadores de medidas e metas, tendo o presidente do Conselho Geral informado que as alterações já tinham sido aprovadas em sede de Conselho Pedagógico do passado dia quatro de outubro de dois mil e vinte e três, e que tinha enviado essas mesmas alterações, aquando da convocatória, a fim de possibilitar uma análise prévia. Estas alterações efetuadas prenderam-se com a inclusão das novas metas por recomendação do Observatório de Qualidade

O Presidente do Conselho Geral perguntou aos presentes se alguém queria pronunciar-se sobre o exposto. Como ninguém se pronunciou, passou à votação. As alterações ao Projeto Educativo submetidas a votação foram aprovadas pela unanimidade dos presentes.

Neste momento, a Conselheira Gabriela Abreu interrompeu a reunião para se pronunciar sobre o ponto anterior ao que o Presidente do Conselho Geral esclareceu que as intervenções têm que ser pedidas à mesa e apenas após lhe ser dada a palavra pode iniciar a sua intervenção. E esclareceu ainda que as intervenções devem ser feitas no respetivo ponto e não após ter sido dado como encerrado.

Handwritten signature

Feito o esclarecimento, o Presidente do Conselho Geral, passou a palavra à Conselheira que questionou se o material tecnológico previsto é apenas para desenvolver o ensino profissional, ou seja, para os alunos dos cursos profissionais ou para todos os alunos, inclusive, da Escola Básica Dr. Leonardo Coimbra, visto ter sido informada pela filha que algumas salas de informática apresentam algumas lacunas relativamente aos equipamentos informáticos.

O Presidente do Conselho Geral informou que há uma sala de informática nova onde, pelo menos aí, há computadores funcionais.

O Diretor, na posse da palavra, referiu que virão 27 projetores de vídeo para equipar salas na Escola Secundária da Lixa e 14 para a Escola Básica Dr. Leonardo Coimbra. Os equipamentos tecnológicos financiados no âmbito do CTE têm como prioridade os alunos dos cursos profissionais, mas que acabarão por servir e beneficiar todos os alunos, ainda que, por vezes, de forma indireta.

A Conselheira Gabriela Abreu, na posse da palavra, voltou a referir que a sua intervenção foi no sentido de transmitir o feedback dos alunos.

O Presidente do Conselho Geral concluiu dizendo que o Diretor ficou com o registo da informação.

Relativamente ao **quarto ponto**, “Aprovação do Plano Anual de Atividades”, o presidente informou que também este documento foi aprovado inicialmente em sede de Conselho Pedagógico do dia quatro de outubro, sofrendo algumas alterações aprovadas no Conselho Pedagógico de dia quinze de novembro e treze de dezembro do presente ano, e foi disponibilizado aos Conselheiros, aquando do envio da convocatória, para consulta e análise.

O Presidente do Conselho Geral realçou que se trata de um documento de continuidade que vai sofrendo alterações de acordo com a vontade dos preponentes/docentes e dos alunos e da avaliação a que as atividades são sujeitas. Todos os grupos de recrutamento propuseram atividades, que têm vindo a ser avaliadas de uma forma muito positiva por organizadores e participantes. Para além disso, o documento parece refletir as indicações que este órgão definiu na última reunião.

Assim, o Presidente do Conselho Geral felicitou quem propõe e prepara atividades porque envolvem muito trabalho e muita responsabilidade e, mais uma vez, salientou que lhe parecia importante referir que os Grupos Disciplinares,

Departamentos Curriculares e os Conselhos de Turma propõem atividades logo no início do ano letivo e aprovam-nas pedagogicamente, o que não quer dizer que todas se realizem, uma vez que nessa fase ainda não foram apresentadas aos alunos e seus representantes, além de que as que envolvem despesas por parte da escola têm também que ser aprovadas pelo Conselho Administrativo do Agrupamento.

Passou a perguntar se algum Conselheiro pretendia usar da palavra neste ponto. Como ninguém se pronunciou, passou a palavra ao Diretor que referiu que este PAA conta com muitas visitas que já foram aprovadas em Conselho Pedagógico.

A escola vai receber, ainda hoje, os agentes da GNR e suas famílias, que mostra uma boa relação com o projeto "Escola Segura".

A visita de estudo a Madrid, no âmbito das disciplinas de Espanhol e Geografia C, também está pedagogicamente aprovada, estando a ser discutida com os Encarregados de Educação. Algumas atividades são suportadas pela DGEstE e outras pelos Encarregados de Educação.

Assim, e após análise, o documento foi proposto a votação, tendo sido aprovado por unanimidade dos presentes.

No concernente ao **ponto cinco**, "Definição das linhas orientadoras para elaboração do orçamento do ano económico dois mil e vinte e quatro", o Presidente do Conselho Geral começou por elencar, na sequência do que tem vindo a ser feito em anos anteriores, aquelas que deverão ser as grandes prioridades a considerar aquando da elaboração do orçamento do ano económico de dois mil e vinte e quatro. A saber:

- despesas das atividades dos grupos disciplinares;
- equipamento e manutenção dos laboratórios;
- aquisição de livros e outros materiais para a biblioteca;
- gastos com clubes;
- atividades constantes dos PAA do Agrupamento;
- material de higiene e limpeza (em casos extraordinários);
- ação social escolar.

O Presidente do Conselho Geral abriu a discussão ao fórum perguntando se alguém discordava de alguma das prioridades elencadas ou se pretendia colocar mais alguma.

A Conselheira Lina Marinho após lhe ter sido dada a palavra, expôs a situação da falta de esponjas nos apagadores nas salas de aula referindo que em muitas salas de aula ainda se apaga o quadro recorrendo a um farrapo, constituindo esta uma situação pouco higiénica.

O Presidente do Conselho Geral propôs que fique registado e realça a necessidade de haver esponjas nos apagadores.

O Conselheiro Jorge Cardoso, na posse da palavra, quis saber em que salas se encontra a ocorrer essa situação, visto que há esponjas e apagadores em stock que serão entregues assim que solicitados.

O Diretor manifestou a sua preocupação sobre a falta de qualidade destes materiais. Contudo, ressaltou que não foi o agrupamento a adquiri-los uma vez que não é da sua competência e que ponderará adquirir com orçamento da escola outros de melhor qualidade.

Ainda neste ponto, o Conselheiro Vítor Alves questionou se o problema com as fotocópias já foi ultrapassado.

O Presidente do Conselho Geral retorquiu dizendo que será aberto um concurso e que a partir de um de abril, a mesma empresa ou uma nova passará a fornecer todos os serviços associados às fotocópias, mas lembrou que este concurso é da responsabilidade do município e que, em reuniões anteriores, foi assegurado pelo representante do município que se manteria a qualidade do serviço de fotocópias.

O Diretor acrescentou que o contrato termina em trinta e um de março de dois mil e vinte e quatro e que se procurará assegurar o serviço com a mesma qualidade. Todavia, afirmou rezear que o número de cópias a cores e a preto e branco possa vir a ser reduzido.

Neste momento deu entrada na reunião o Conselheiro José Manuel Barbosa Teixeira. O Presidente do Conselho Geral passou a solicitar a assinatura da sua tomada de posse na qualidade de representante dos Encarregados de Educação.

Retomando o assunto em discussão, o Presidente do Conselho Geral referiu que, numa das reuniões anteriores, a Conselheira Ana Medeiros referiu que, relativamente ao serviço de reprografia, seriam mantidas as condições existentes até ao momento, de modo a assegurar a realização de um trabalho pedagógico de qualidade.

O Diretor, na posse da palavra, referiu que, muitas vezes, o que se passa é que a qualidade do material é baixa pelo que a sua durabilidade é menor.

A Conselheira Lina Marinho, na posse da palavra, pediu esclarecimento para saber, em termos da aquisição de material diverso, o que é da competência da autarquia e o que é da escola porque existe também o caso do gel de lavagem de mãos existente nos wcs das professoras, que parece ser uma mistura de álcool em gel e sabonete líquido, pois não se mistura no frasco e deixa as mãos ásperas no fim da lavagem, para além de cheirar mal, neste caso, gostaria de perceber a quem se deve dirigir para reclamar.

O Presidente do Conselho Geral esclareceu que, o caso do gel, é da competência da autarquia.

O Diretor continuou esclarecendo que o orçamento sofreu uma redução assinalável porque desde dois mil e dezanove, com a descentralização, muitas das competências passaram para autarquia, nomeadamente, o pagamento da energia, da água e do papel gastos no Agrupamento. Esclareceu ainda que a autarquia, desde essa data, transfere uma verba de cerca de dez mil euros para despesas necessárias e urgentes, onde se poderá incluir a compra de apagadores; e que o orçamento central enviado para o Agrupamento é para pagar a deslocação de pessoal em serviços oficiais, pagar despesas com alguns equipamentos (por exemplo, a quebra de vidros) e custear pequenas despesas com a manutenção do edifício.

Após votação a proposta apresentada foi aprovada por unanimidade

Quanto ao **ponto seis**, “Definição das linhas orientadoras do planeamento e execução, pelo Diretor, das atividades no domínio da ação social escolar para o ano económico dois mil e vinte e quatro”, o Presidente do Conselho Geral referiu que o Agrupamento deve manter, através da ação social escolar, o apoio de reforço alimentar aos alunos com situações detetadas de carência alimentar.

Referiu também que, para além dos apoios já previstos na lei, o Agrupamento terá que estar atento a situações que agravem circunstancialmente, de forma imprevisível, a qualquer família. Manter também a atenção sobre situações de “pobreza envergonhada” que resultam do atual aumento da taxa de juros do crédito à habitação e respetiva perda do poder de compra dos agregados familiares.

Sobre este ponto, foi dada a palavra ao Diretor que referiu que tendo consciência que o orçamento é limitado, esclareceu que todos os casos dos Encarregados de

Educação que pediram reforço alimentar, foram atendidos. Habitualmente, o Agrupamento apoia os alunos cujas famílias se encontrem numa situação económica desfavorecida, fornecendo um suplemento alimentar de manhã e outro à tarde.

Comunicou ainda que a DGEstE fornece apoio, através de uma bolsa anual de cerca de aproximadamente 1200 euros a todos os alunos do escalão A ou B, com uma média igual ou superior a catorze valores. Deu também como exemplo, o caso das visitas de estudo; os alunos com escalão A recebem uma ajuda monetária de vinte euros, os alunos com escalão B recebem dez euros. Concluiu lembrando que o Agrupamento tem apenas receitas que provêm das vendas efetuadas na Loja do Aluno e no bar.

A Conselheira Lina Marinho, após lhe ser dada a palavra, sugeriu que se deveria ajudar também na compra de folhas de teste e nas visitas de estudo a alunos que manifestamente apresentem dificuldades económicas e não sejam abrangidos pelo SASE e escalões de IRS 1, 2, 3 que possam impedi-los de participar nestas atividades de carácter pedagógico.

O Presidente do Conselho Geral questionou o Diretor sobre esta possibilidade ao que o Diretor respondeu que considera que é possível, embora o orçamento, como referiu anteriormente, seja restrito.

Sobre este assunto, a Conselheira Paula Bravo pediu a palavra e referiu que a Associação de Pais e Encarregados de Educação da Escola Secundária da Lixa (ESL) está a cobrar uma cota de cinco euros por aluno para apoiar essas situações e questionou como é que se pode articular esta iniciativa com as necessidades que forem identificadas.

O Diretor, na posse da palavra, esclareceu que, desde o mês de novembro, passou a haver uma Associação de Pais e Encarregados de Educação na ESL colmatando uma lacuna que existia em termos de representatividade dos mesmos e dos seus educandos. Acrescentou que ainda não tinha sido informado dessa situação, não sendo obrigatório que lhe tivessem fornecido.

O presidente do Conselho Geral, sobre este assunto, referiu que as diversas Associações de Pais e Encarregados de Educação do Agrupamento são órgãos autónomos, mas entende que deve haver uma maior articulação entre estas entidades representativas e o órgão de gestão do Agrupamento, solicitando ao Diretor que seja recolhida informação sobre esta matéria.

As linhas orientadoras foram aprovadas por unanimidade, com a inclusão da sugestão da Conselheira Lina Marinho.

Relativamente ao **ponto sete**, “Ponto da situação das recomendações emanadas do Conselho Geral”, o Presidente do Conselho Geral congratulou todos os presentes pelos resultados que a intervenção neste Órgão tem permitido em termos de melhoria do Agrupamento. Destacou a disponibilização de dois lugares de estacionamento para pessoas com dificuldades de mobilidade na entrada da ESL e a disponibilização à comunidade escolar do pão e fruta que sobram das refeições diárias e informou que os únicos assuntos que estão por realizar têm a ver com a mobilidade/fluidez do trânsito e estacionamento junto à ESL e à EB 2,3 Dr. Leonardo Coimbra e a questão dos balneários do pavilhão desta última.

Acrescentou que todos compreenderão que não sendo a primeira uma questão de resolução a curto prazo, mas que continuará a merecer a atenção deste Órgão pelos constrangimentos que causa, a segunda já é uma questão em que se espera alguma brevidade na sua resolução.

Fez notar que não estando presentes os representantes da Autarquia não havia possibilidade de obter esclarecimentos adicionais sobre a questão do trânsito, sendo expectável que este assunto esteja a ser tratado, acrescentando que o mesmo não será esquecido. Quanto à situação dos balneários da EB 2,3 Dr. Leonardo Coimbra, questionou o Conselheiro Jorge Cardoso que informou que a água ainda não está bem regulada, mas aguarda-se a resolução da situação, que já foi reportada ao Município assim como o caso dos chuveiros.

Relativamente ao ponto oito: “**Outros assuntos**”, o Presidente do Conselho Geral começou por se referir ao estado de degradação que começa a ser visível um pouco por toda a ESL, salientando questões de infiltrações e conseqüente humidade, portas com maior utilização (de emergência) a necessitarem de ser trocadas, instalações com demasiada diferença de temperatura. A este respeito referiu que, se um elemento da comunidade educativa se deslocar do pavilhão gimnodesportivo ou das salas do bloco A ou C para a secretaria, sala dos professores ou direção consegue sentir variações de mais de 15º centígrados, o que prejudica gravemente a saúde. Lamentou ainda que o próprio cronograma não esteja ajustado. Era preciso aquecer os balneários onde os alunos se equipam e desequipam e estavam a fazer a manutenção dos filtros e não se podia ligar o aquecimento.

O Presidente do Conselho Geral passou a palavra aos Conselheiros para se pronunciarem acerca desta questão. Usou da palavra o Conselheiro José Teixeira questionando quem é responsável pela resolução destas questões.

O Presidente do Conselho Geral esclareceu que na EB 2,3 Dr. Leonardo Coimbra a responsabilidade é do Município e na Escola Secundária a responsabilidade é da Parque Escolar, atualmente designada por Construção Pública, E.P.E..

O Conselheiro José Teixeira prosseguiu compartilhando a sua preocupação pelo facto de os problemas que têm surgido demorarem muito tempo a serem resolvidos e, deste modo, receia que a resolução dos problemas relativos ao aquecimento venha a ser muito demorada, podendo levar à saída de alunos do Agrupamento por falta de condições. Neste contexto, propôs que seja marcada uma reunião entre a Construção Pública, E.P.E., a Direção do Agrupamento e o Presidente do Conselho Geral, para serem apresentados os problemas identificados e serem exigidas soluções para os mesmos, acautelando-se assim, que as condições do edifício da ESL não se continuem a degradar de forma permanente e irreversível, com prejuízo das aprendizagens dos alunos devido a situações de frio, de humidade e de queda de água nas salas e nos corredores.

O Presidente do Conselho Geral esclareceu que neste edifício existe um funcionário da Construção Pública, E.P.E., que faz chegar a informação relativa a estes problemas a quem de direito.

Concluiu-se, assim, que a informação sobre o estado de degradação que está a surgir no edifício deve ser reportada a Lisboa, efetuando-se pressão sobre quem tem poder de decisão para intervir na resolução destes problemas.

A Conselheira Lina Marinho, na posse da palavra, referiu que este assunto já vem de trás, ao ponto de já se ter deslocado à secretaria para aí efetuar algum do seu trabalho mais burocrático, uma vez que neste espaço é possível usufruir de uma temperatura ambiente adequada. Mencionou ainda que as salas de aula são muito frias e, lembrou que, inclusive, algumas das reuniões de avaliação deste período decorreram nessas salas e acrescentou que, por outro lado, existem salas muito quentes, como é o caso das C3. Corroborou ainda a existência de problemas como: rachaduras, infiltrações, buracos, partes do teto que caíram numa das escadas que, conseqüentemente, se encontra fechada. Perante o exposto, duvida que a informação

chegue a Lisboa e, por isso, sugere que o Agrupamento seja mais insistente junto das entidades responsáveis, caso contrário, certamente, já se teria resolvido a situação definitivamente.

A Conselheira Olga Leal pediu a palavra e, na sua posse, informou que o ar condicionado funciona por setores. A pessoa que é responsável só resolve a situação se houver muita insistência, pelo que os professores devem ser persistentes. Deu como exemplo, o caso dos filtros, na reprografia, que teve que ser um outro funcionário da escola a resolvê-lo.

O Presidente do Conselho Geral interveio sugerindo que todos os pedidos relativos a este tipo de problemas sejam dirigidos à Direção e não direcionados diretamente a este funcionário.

O Conselheiro Vítor Alves, na posse da palavra, referiu que, na sua opinião, o que se verifica é uma má gestão dos recursos para a resolução dos problemas. Existe um funcionário da Construção Pública, E.P.E. que terá de responder ao problema.

Sobre este assunto, o Diretor, após lhe ter sido dada a palavra, agradeceu a oportunidade de esclarecer alguns pontos, mencionando que a área do edifício da ESL é grande e tem onze anos, começando deste modo, a evidenciar sinais de degradação como as infiltrações de humidade em vários pontos das paredes e de tetos. Esclareceu ainda que o senhor Sérgio é um funcionário residente da empresa ENVINAM, empresa subcontratada pela Construção Pública, E.P.E.. Há assim competências que são dele, mas antevê um agravamento das situações, como é o caso das infiltrações. Quanto ao aquecimento, existem quatro blocos e, neste momento, não há aquecimento porque se verifica uma avaria.

Informou ainda que, o Engenheiro José Pedro é o responsável da divisão Norte e que visita a escola regularmente, sendo ele o nosso interlocutor para estes assuntos.

O Diretor admitiu que são necessárias obras de manutenção, pelo que é solidário com as intervenções anteriores, mas lembrou que o aquecimento da Direção e da secretaria funcionam em unidades autónomas, tornando-se mais fáceis de gerir. Posto isto, fez notar que sendo o aquecimento uma das preocupações, prevê que no dia quatro de janeiro, aquando do recomeço das atividades letivas a escola apresente salas muito frias, dado o encerramento das mesmas durante vários dias.

Face ao exposto, tenciona dar nota de tudo isto ao Engenheiro José Pedro enviando comunicação no dia vinte e sete de dezembro, a dar nota do descontentamento

revelado pelos Conselheiros na presente reunião do Conselho Geral, bem como da preocupação da restante comunidade educativa.

O Presidente do Conselho Geral referiu que percebe o que se passa no ginásio ou uma avaria, mas não entende o que se passa nos blocos, pois são problemas estruturais que já vêm de há muito tempo.

A Conselheira Lina Marinho, na posse da palavra, sugere que os blocos passem também a blocos autónomos, para todos terem as mesmas condições de trabalho.

O Presidente do Conselho Geral referiu que percebe a necessidade de serem autónomos, uma vez que, por exemplo, hoje não houve ninguém a utilizar as salas de aulas e esteve muita gente na secretaria e na direção. Se não fossem autónomos iria verificar-se um enorme desperdício de energia ao aquecer locais não necessários e o mesmo problema aconteceria no verão, para refrescar. Contudo, o problema é real e deve ser corrigido, e o aquecimento e arrefecimento têm que funcionar por toda a escola. Noutras escolas em que esteve presente, em Portugal e no estrangeiro, nomeadamente, na Croácia e na Lituânia, a temperatura dentro da escola era invariável.

A Conselheira Lina Marinho, interveio dizendo que, para concluir, sugere que a comunicação seja feita já no dia seguinte, vinte e dois de dezembro, reportando os problemas, no sentido de, durante a interrupção letiva do Natal, poderem ir pensando em formas de tentar solucionar os vários problemas e que na eventualidade de não serem apresentadas soluções deveríamos pensar noutras formas de reivindicação

O Presidente do Conselho Geral concordou que, não se resolvendo, devemos procurar outras formas de agir.

O Conselheiro José Teixeira, no uso da palavra, referiu que, na sua opinião, a reivindicação deve ser dirigida à ENVINAM e não à Construção Pública, E.P.E., uma vez que é esta empresa subcontratada que tem um funcionário adstrito à escola, sendo que o problema aquecimento não será da responsabilidade do Senhor Sérgio, que só o poderá resolver mediante fornecimento dos equipamentos e peças necessários.

O Presidente do Conselho Geral esclareceu que o Sr. Sérgio é responsável pela manutenção do edifício e não pelos problemas estruturais que a escola infelizmente padece. É sua impressão que o Sr. Sérgio até faz mais do que a sua obrigação e tem

sido de enorme ajuda, nomeadamente, para a resolução de problemas no pavilhão gimnodesportivo e gabinete do Conselho Geral.

Depois do exposto, o Presidente do Conselho Geral questionou os Conselheiros se existia mais algum assunto a ser tratado ao que a Conselheira Gabriela Abreu pediu a palavra para perguntar se os problemas com a água nos balneários é uma questão recorrente, isto porque não esteve nas reuniões anteriores. Tem dois filhos no Agrupamento que não tomam banho na escola e vão depois para a sala de aula. Questionou também como é que todos se sentiriam na sala depois das aulas de Educação Física.

O Presidente do Conselho Geral respondeu dizendo que na ESL existem ótimas condições para os alunos tomarem banho, mas os professores não podem obrigar. O problema na EB 2,3 Dr. Leonardo Coimbra está a ser resolvido, já que o que se encontra em falta é um passador de água fria, mas espera-se resolução a curto prazo.

Posto isto, passou-se à leitura da ata síntese, com as deliberações tomadas por este Conselho. A mesma foi aprovada por unanimidade.

Antes do final de reunião o Presidente do Conselho Geral desejou a todos um Feliz Natal e um Próspero Ano Novo e agradeceu a colaboração de todos neste Órgão ao longo do presente ano.

E nada mais havendo a tratar, deu-se por terminada a reunião, pelas vinte horas, da qual se lavrou a presente ata, que, depois de lida e aprovada, será assinada, nos termos da lei, pelos signatários.

O Presidente: Pedro Rey

A secretária: Ângela Bebez.